

Histórias de vida e patrimônio

Life histories and cultural heritage

Raquel A. L. S. Venera*

Resumo: Esse artigo é um recorte do projeto de pesquisa em andamento intitulado “Memórias múltiplas e patrimônio cultural em rede: o registro (auto)biográfico diante da ameaça da perda”, que busca registrar e organizar em rede as Histórias de Vida de pacientes acometidos por uma doença rara, neurológica crônica, conhecida como Esclerose Múltipla. O acervo (auto)biográfico produzido, acolhido pelo Museu da Pessoa, SP, fará parte da rede dos 17 mil depoimentos em áudio, vídeo e textos disponibilizados na rede mundial de computadores. As entrevistas são coletadas a partir da metodologia da História Oral, gravadas em áudio e vídeo e posteriormente transcritas em forma de textos que são também editados em narrativas biográficas. A produção de conhecimentos interdisciplinares em andamento e as análises das (auto)biografias coletadas não cessam de transbordar problematizações e, uma delas, será o objeto desse artigo. Trata-se do diálogo com esse acervo em construção e o campo do Patrimônio Cultural. Embora as Histórias de Vida dessa pesquisa sejam muito específicas, todas atravessadas pela experiência de conviver com uma doença neurológica rara, mas a problematização proposta é mais abrangente. As narrativas (auto)biográficas que materializam as Histórias de Vidas podem ser Patrimônios Culturais? Que critérios de elegibilidade tornam possível essa patrimonialização? A partir de ferramentas teóricas no campo da Memória, História e Patrimônio Cultural esse artigo sustenta, ao mesmo tempo em que problematiza, o argumento da centralidade e valorização das Histórias de Vidas de pessoas comuns como Patrimônio Cultural disponíveis no Museu da Pessoa.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Memória. Museologia. Histórias de vida.

Abstract: This article is a clipping of the ongoing research project entitled "Memories and networked cultural heritage: the record (auto)biography on the threat of loss", which seeks to register and organize the networked life stories of patients affected by a rare disease, chronic neurological, known as multiple sclerosis. The acquis (auto)Biographical produced, hosted by the Museu da Pessoa, SP, will be part of the network of seventeen thousand testimonials on audio, video and text made available on the World Wide Web. The interviews are collected from the methodology of Oral history, audio and video recorded and subsequently transcribed in the form of texts are also published in Biographical narratives. The production of interdisciplinary expertise and the analyses of the (auto)biographies collected do not cease to overflow and problematizações, one of them, will be the object of this article. This is the dialogue with this acquis in construction and the field of Cultural heritage. Although the life stories of this research are very specific, all traversed by the experience of living with a rare neurological disorder, but the questioning is more comprehensive proposal. The (auto)Biographical narratives that embody the stories of lives may be Cultural Heritage? That eligibility criteria make it possible that having? From theoretical tools in the field of memory, history and Cultural heritage this article contends, at the same time problematizes, the argument of the centrality and valuation of life Stories of ordinary people as Cultural Heritage available in the Museum.

Key-words: Cultural heritage. Memory. Museology. Stories of life.

* Historiadora e professora de História, Mestre em História Cultural pela UFSC e Doutora em Educação pela Unicamp. Professora do Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de História, ambos da Univille. raquelsenavenera@gmail.com

1. Uma breve introdução

Esse artigo é um recorte das problematizações do projeto de pesquisa em andamento, intitulado “Memórias múltiplas e patrimônio cultural em rede: o registro (auto)biográfico diante da ameaça da perda¹”, que nasceu assumindo ser um esforço de buscar nas Histórias de Vidas os arranjos da alteridade e identidade na relação entre pesquisadores e sujeitos pesquisados, como já dizia Boaventura de Souza Santos, ainda na década de 1980 do século XX (1985), quando argumentava a favor de uma ciência posta em diálogo entre as ciências naturais e as ciências sociais. Uma ciência onde o autor, pesquisador e sujeitos pesquisados estariam no centro do conhecimento, capaz de criar inteligibilidades, conceitos que derretessem as fronteiras que a ciência moderna instituiu. Uma produção do conhecimento que se assumiu subjetiva sem perder de vista a objetividade científica do método. “Memórias Múltiplas” é uma pesquisa que busca registrar e organizar em rede as Histórias de Vida de pacientes acometidos pela doença neurológica conhecida como Esclerose Múltipla, EM.

As entrevistas são coletadas em áudio e vídeo, em sessões planejadas a partir de um roteiro semiestruturado, e posteriormente os áudios são transcritos em forma de textos. Durante esses encontros outras fontes da História de Vida são doadas pelos entrevistados, como fotos, recortes de jornais, documentos, receitas médicas e registros escritos que são digitalizados e organizados em um acervo, com orientação metodológica padrão do Museu da Pessoa. A partir dessas narrativas e fontes cedidas os pesquisadores envolvidos biografam os entrevistados e organizam o acervo que será posteriormente acolhido pelo Museu da Pessoa e pelo Laboratório de História Oral da UNIVILLE. Esse projeto em andamento tem funcionado como um “guarda-chuva”, ou seja, tem vinculado outras investigações e responde a uma demanda apontada pelo *Atlas de Esclerose Múltipla* publicado em 2013 e diz respeito a ausência de pesquisas no mundo que demonstrem experiências de vidas de pacientes que convivem com essa doença rara ainda em processos de investigação. Desta maneira é um projeto aberto, em fluxo contínuo, com vistas a colheita do maior número de Histórias de Vida com EM e outras pesquisas que se desdobram dessa experiência. O Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias” da UNIVILLE tem sediado as primeiras investigações no campo das Humanidades sobre as experiências de vidas com Esclerose Múltipla e a pesquisa “Memórias Múltiplas” tem sido o centro da produção das fontes.

¹ Essa pesquisa possui financiamento do Fundo de Apoio a Pesquisa, FAP, da Universidade da Região de Joinville, Univille e bolsa de pesquisa de pós-graduação, Capes.

Trata-se de uma aposta de que o registro (auto)biográfico se configure uma produção heurística diante da ameaça de perdas de habilidades das mais diversas, como as habilidades motoras, mas também e especialmente, a faculdade humana da memória. Torna-se necessário anunciar que a EM é uma doença neurológica crônica, autoimune e degenerativa, ainda sem cura e com grande potencial incapacitante e cujas características são imprevisíveis. É comum que os pacientes relatem diferentes sintomas e essa variação é causadora de uma incerteza bastante grande, ou seja, nunca se sabe o próximo evento. A prevalência do aparecimento da doença é em um momento da vida de muita atividade, em média aos 30 anos. As pesquisas de caracterização da EM relatam que seu aparecimento é mais comum entre mulheres e indivíduos da cor branca ou ainda em áreas de clima temperado, além de depender de uma pré-disposição genética. A EM é entendida como uma doença autoimune na qual o próprio sistema imunológico dirige-se contra vários elementos celulares do sistema nervoso central. As pesquisas no campo da neurologia apontam que os sintomas da EM podem incluir perda de visão, visão dupla, rigidez espástica, fraqueza, falta de equilíbrio, dormência, dor, problemas no controle vesical e intestinal, fadiga, mudanças emocionais e comprometimento cognitivo em diferentes níveis, incluindo a perda de memória. Esses sintomas somados a um momento de vida em que a família e a carreira estão em desenvolvimento, em que as escolhas são imperativas e especialmente em um contexto contemporâneo de exigências rápidas de expertise no mundo do trabalho, podem trazer aos pacientes, significações tão negativas quanto a própria doença.

Assumindo o território borrado entre sujeito pesquisador e sujeitos pesquisados essa investigação também é um elogio ao lugar interdisciplinar do campo do Patrimônio Cultural e se propõe aberto a diálogos entre campos de conhecimentos. O caráter interdisciplinar da pesquisa e desse artigo responde às complexas demandas de uma doença crônica, ainda em fase de investigação das suas manifestações e possibilidades prognósticas, e especialmente ao conhecimento das experiências reais de sujeitos que convivem com essa doença nos dias de hoje. A produção de conhecimentos interdisciplinares em andamento e as análises das (auto)biografias coletadas não cessam de transbordar problematizações. Ainda que a pesquisa dialogue com diversas áreas do conhecimento, nesse artigo o objeto problematizado é próprio do diálogo com o acervo em construção e do campo do Patrimônio Cultural.

Embora as Histórias de Vida dessa pesquisa sejam muito específicas, todas atravessadas pela experiência de conviver com uma doença neurológica rara, a

problematização proposta é mais abrangente. As narrativas (auto)biográficas que materializam as Histórias de Vidas podem ser Patrimônios Culturais? Que critérios de elegibilidade tornam possível essa patrimonialização? Pensamos essa questão a partir desse acervo, porém desejamos que ela seja ampliada ao campo do Patrimônio Cultural.

Esse artigo é, então, parte das reflexões em andamento no Grupo de Pesquisa “Subjetividades e (auto)biografias”, em grande medida provocadas pela investigação do projeto “Memórias Múltiplas”, e que investe no argumento da centralidade e valorização das Histórias de Vidas de pessoas comuns como Patrimônio Cultural ao mesmo tempo em que problematiza suas implicações². Em um primeiro momento esse texto traz reflexões acerca do conceito de Tempo entendendo que ao propor as discussões acerca do campo patrimonial tem-se perpassado essa categoria de análise, ou melhor dizendo, refletido sobre o Tempo tem provocado perguntas às Histórias de Vida coletadas. Nessa mesma seção as reflexões acerca do Tempo disparam também aproximações ao conceito de Memória. Em um segundo momento sustenta-se a afirmação de que Histórias de vida, entendidas como narrativas de Memória organizadoras de “identidades”, “projetos de ser”, “jogos de alteridades” perpassados pelo Tempo são Patrimônios Culturais, ao mesmo tempo em que se problematiza essa política no campo. No último subtítulo do artigo são apresentadas algumas reflexões realizadas no Grupo de Pesquisa Subjetividade e (auto)biografias.

2. A concepção de tempo e memória em histórias de vida

[...] la memoria garantiza la continuidad temporal de la persona
(RICOEUR, 1999, p. 16)

As experiências vividas em um presente direcionam as reelaborações da memória sobre o passado – esse pensamento domina, em grande medida, os direcionamentos epistemológicos sobre a memória, interpretados pela ciência História e muito potentes para pensar o Patrimônio Cultural. Conceitualmente o tempo, a memória e as subjetividades são evocados durante as análises das Histórias de Vidas de pessoas com EM – uma doença incapacitante e ameaçadora da perda da faculdade humana de memorar, na referida pesquisa. Ou seja, assume-se um local de

² É importante registrar que as reflexões organizadas nesse artigo foram socializadas no VII Congresso Internacional de Pesquisa (auto)biográficas, organizado pela Associação Brasileira de Pesquisas (auto)Biográficas, BIOGraph. Naquela ocasião, as discussões provocadas apontaram novas reflexões às discussões acerca dessa escolha que foram acrescentadas a esse artigo.

releitura bastante marcado pelas emoções da perda, pelo desejo de resistência e pela experiência existencial com a identidade a partir da memória.

Por essa razão decidiu-se trabalhar além da memória também a percepção ou consciência temporal, concordando com Paul Ricoeur (1999), quando ele aproxima e até mesmo funde a memória ao tempo. A epígrafe apresenta parte da afinidade conceitual acerca da memória e do tempo que se escolheu trabalhar nessa investigação. A pesquisa concorda com o autor quando ele separa memória e lembrança que se organizam em níveis de sentido como “archipélagos separados possivelmente mediante precipícios” (RICOEUR, 1999, p.16) e as narrativas de memória, a partir de uma demanda de um tempo presente, “sigue siendo la capacidad de recorrer y de remontar el tiempo, sin que nada en principio pueda impedir que continúe sin solución de continuidad ese movimiento” (RICOEUR, 1999, p.16). E, dessa forma, as sensações de existência se ligam ao fio de uma vida que possui vínculos geracionais a um passado e horizontes de expectativas de futuros.

A afirmação de que tempo é memória produz um sentido surpreendente ao próprio tempo que se faz ver a partir dos gestos narrativos que organizam as lembranças em um fluxo entendível. A EM, por ser uma doença altamente incapacitante, sem uma marcação biológica, portanto imprevisível, sem cura e ainda de difícil interpretação médica, interfere na organização temporal do paciente. O presente é marcado pelas demandas e experiências físicas com a doença, seu futuro, ou melhor, suas expectativas de futuro são incertas e obscurecidas pelo medo da inexistência causada pela perda da memória e, o que resta de mais seguro são as memórias do passado, da vida vivida sem a doença.

Reinhart Koselleck (2014) ao analisar as memórias da guerra oferece ferramentas de análises possíveis para perscrutar as narrativas de memória produzidas nesse jogo de consciência/percepção temporal. Segundo ele “a biografia de qualquer ser humano contém rupturas que parecem abrir um novo período na vida” (KOSELLECK, 2014, p. 247) e as experiências bruscas forçam o sujeito a abandonar caminhos comuns e abrir novas possibilidades. Ele dizia sobre a guerra, mas analogicamente a pesquisa pensa a questão a partir da EM, uma doença rara, crônica, sem cura, degenerativa e incapacitante como outra experiência brusca. A ideia das “eclusas da memória” que o autor mobiliza amalgama a experiência temporal nas História de Vida narradas a partir da doença.

O diálogo com Koselleck (2014) amplia as possibilidades de percepção do tempo em uma História de Vida, que em grande medida é marcada pela linearidade do

começo da vida orientada pelo roteiro semiestruturado das entrevistas, que se inicia com o nascimento ou origem da família, infância, juventude, vida adulta... até o presente. Mas a problematização dessa orientação linear, destacando a multiplicidade de tempos em um mesmo tempo, é potente no argumento de que as narrativas de memórias de vida se iniciam a partir da demanda trazida pelo impacto do diagnóstico da EM, ou seja, pelo presente próximo ameaçador da própria perda gradativa de mobilidade, destreza e memória. Dessa forma entende-se que o fio latente da origem da história da vida, desses sujeitos, coincide com o lugar de luto deixado pela doença e não pelo nascimento. Isso significa dizer que lembrar o passado, tornar o passado presente, só importa a partir de demandas existenciais do presente tendo em vista as expectativas de futuros transformadas também no tempo presente.

Numerosos são os autores que mapeiam um pouco do que vem sendo estudado sobre a memória no campo da História e do Patrimônio Cultural e não é necessário lembrar-se de todos para perceber que o que importa é como esses conceitos mobilizam o trabalho com a memória o tempo e as narrativas de vida. Ao pensar a memória como algo múltiplo, dinâmico, construído na tensão entre o individual e o social, entre lembrar e esquecer se concorda com Andreas Huyssen (2000), quando ele sugere trabalhar as diversas memórias produzidas sobre um mesmo acontecimento, lidar com a variedade de fontes, sem fragmentá-las, mas contrapondo-as para gerar reflexão efetiva, posicionamento do “eu” no mundo, do “eu” frente aos outros e suas diferentes práticas sociais. “[...] sem memória, sem a leitura dos restos do passado, não pode haver o reconhecimento das diferenças, [...] nem a tolerância das ricas complexidades e instabilidades de identidades pessoais e culturais, políticas e nacionais [...]” (HUYSSSEN, 2000, p. 72).

O trabalho com essas Histórias de Vidas tem levado a reflexão acerca dos Patrimônios Culturais a um nível de percepção acerca da sensibilidade temporal dos sujeitos no intuito de mobilizá-la em favor de revisitação das lembranças e construção de narrativas de memórias e da sua própria História. Joel Candau (2011) defendeu argumentos de que a aprendizagem sobre o mundo, sobre a cultura de um grupo se faz a partir de certa transmissão de memórias, que poderiam ser também entendidas como experiências do grupo. A aprendizagem de que a adaptação do presente ao futuro organizada a partir de uma reiteração do passado levaria a construção de uma identidade. O autor problematiza os argumentos essencialistas da memória e da identidade e radicaliza a favor de arranjos sociais da memória e da identidade. O que

lembrar? O que esquecer? O que privilegiar ou descartar em um grupo social? Perguntas que fazem parte do jogo político, dos arranjos da memória.

É nesse arranjo que os sujeitos fundam uma narrativa de existência e se sentem pertencer a uma cadeia de gerações sucessivas da qual o grupo ou o indivíduo se sente herdeiro. Usando as metáforas de um jogo, poderíamos dizer que existe uma sensação de certeza de um vínculo com um passado e uma perspectiva de futuro que o impulsiona no presente a jogar no jogo da memória e da identidade, ou seja, da própria existência no mundo. A História de Vida de pessoas acometidas pela EM pode ser entendida como um ousado lance nesse tabuleiro da memória.

3. De que patrimônio estamos falando?

Essas reflexões, construídas a partir desse acervo específico, levaram tanto a defesa quanto aos questionamentos acerca da patrimonialização de Histórias de Vidas que compõem um acervo museológico. Os estudos sobre Histórias de Vida no Grupo de Pesquisa Subjetividades e (auto)biografias e com os seus colaboradores, o Laboratório de História Oral da UNIVILLE e o Museu da Pessoa possuem uma relação de herança com as produções advindas da História Social e História Cultural e do compromisso em ouvir e incluir as experiências cotidianas das pessoas na História. Trata-se de uma filiação a epistemologias históricas propostas especialmente no período pós-guerra e que colocam em rasura a História oficial, contada para salvaguardar os feitos de sucesso dos grandes personagens, da economia e da política dos Estados-Nação. Foram formas experimentadas no século XX pelo campo da História, de responder a uma espécie de colapso da ideia de verdade absoluta nas ciências humanas e sociais e expressas como uma tendência que se materializou no que ficou conhecido como Escola dos *Analles*, ou ainda as conhecidas Nova História, na França e a Nova Historiografia marxista, na Inglaterra, ou ainda da História do Tempo Presente³.

Essas tradições, embora bastante diferenciadas, tanto na sua gênese quanto em seus desdobramentos de ações ao longo da historiografia do ocidente no século XX, comungam de um bem cuja herança foi, além da crítica ao positivismo, dar a História uma mudança paradigmática e de procedimentos de investigação, ou seja, a ampliação das fontes históricas conferindo também ao cotidiano onde a vida acontece

³ Esse artigo não tem o objetivo de explicar o que foi cada uma dessas tendências historiográficas, mas apenas identifica-las como disparadoras de uma definição ampliada de fontes históricas que refutou antigas regras e epistemologias do campo da História.

um lugar diferente da alienação, ou ainda, de um ângulo em que a sua materialidade e suas finalidades, de fato, se destaquem na História: a partir dessa ruptura que se afirma que as Histórias das Vidas das pessoas comuns são constituidoras e constitutivas da História.

Vale a pena destacar no caso específico da Escola dos *Analles* que essa se fez a partir de “gerações” de historiadores e apenas a partir da 3ª geração as entrevistas orais foram entendidas como fonte histórica. Expressa em uma revista – “Revista dos Analles” –, em sua 1ª geração marcada pelo encontro dos historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, possibilitou um diálogo interdisciplinar da História com as ciências sociais abrindo caminho para uma História econômica e social. Já em sua 2ª geração, protagonizada por Fernand Braudel, a escola expandiu esse diálogo com a Economia e a Demografia, e somente na 3ª geração, que o diálogo com a Antropologia, Literatura, Psicologia e outras áreas abriu caminhos para uma ampliação polissêmica possibilitando a entrada de temas como as mentalidades, as sensibilidades ou as emoções humanas. Entende-se que nem todos os historiadores da Escola dos Analles seguiram o caminho aberto por esse diálogo, todavia a escola seguiu com a marca da multiplicidade interdisciplinar. Como bem ressaltou Peter Burke:

Deve-se admitir, pelo menos, que o policentrismo prevaleceu. Vários membros do grupo levaram mais adiante o projeto de Febvre, estendendo as fronteiras da história de forma a permitir a incorporação da infância, do sonho, do corpo e, mesmo, do odor. Outros solaparam o projeto pelo retorno à história política e à dos eventos. Alguns continuaram a praticar a história quantitativa, outros reagiram contra ela (BURKE, 1992, p.108).

Essa virada conceitual, epistemológica e política no campo da História, é contemporânea de um mesmo contexto de mudanças no campo do Patrimônio Cultural. A história desse campo foi marcada por digressões paralelas ao movimento de rupturas epistemológicas da ciência História no século XX. As transformações sociais e políticas do século XX emprestaram ao campo do Patrimônio um contexto de mudanças de perspectivas e o reconhecimento de novos e cada vez mais novos patrimônios, que estendem desde os já conhecidos objetos e arquiteturas salvaguardados por legislações e técnicas de preservação, até os mais diversos saberes e modos de vida de múltiplas comunidades, tribos ou grupos sociais. Embora o campo tenha se debruçado sobre a definição binária de patrimônio material e imaterial, assume aqui o termo Patrimônio Cultural como campo interdisciplinar que atende, além das especificidades como Patrimônio Arquitetônico, Patrimônio Artístico, Patrimônio Histórico, entre outros, também ambos os sentidos (de materialidade e

imaterialidade). Porém é importante nesse momento destacar as mudanças ocorridas no campo a partir da recente história da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, em 2003.

Regina Abreu (2014) registra essa história pontuando o processo de descolonização de países africanos que escancarou, no contexto da UNESCO, a ideia de que a maior parte dos patrimônios desses países era visibilizado nos rituais, nas expressões artísticas, nas festas, nos saberes e na língua e todos esses patrimônios ficavam quase invisíveis diante das políticas de patrimônio “que privilegiavam as realizações das elites ou o registro da passagem do colonizador, como igrejas católicas, palácios, monumentos” (ABREU, 2014, p. 15). Essa ideia ampliada de patrimônio em um contexto planetário não é tão recente. Abreu e Peixoto (2014) sinalizam também a Carta de Burra, em 1979, e, posteriormente, a Conferência de Nara em 1994.

No contexto brasileiro, no entanto, damos conta dos registros de Mario de Andrade, na década de 1930, que já apontavam as tradições, o folclore e uma imaterialidade na cultura brasileira. Voltando ao contexto internacional, Abreu fala de como essa ideia ampliada de Patrimônio ganha uma dinâmica globalizada com uma força surpreendente:

As repercussões desta nova perspectiva patrimonial logo se faz sentir nos diversos Estados-membros da UNESCO, desde países da Europa e do Atlântico Norte até países do chamado “Bloco do Sul”, que incluem quase todos os países tropicais da América Latina e do Sudeste Asiático, além da China e de vários países africanos (ABREU, 2014, p. 15).

A incessante evocação de patrimônios a partir do pós-guerra traz ao campo um universo absolutamente heterogêneo ao mesmo tempo em que desnuda uma luta por preservações de memórias, sentidos hegemônicos de identidades e legitimidade de possíveis passados que supostamente valem mais a pena ser lembrados em detrimento de tantos outros esquecidos. Posteriormente, os embates políticos que questionavam as políticas econômicas, sociais e culturais do colonizador dispararam ações que reverberaram no campo. A Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, passa a ser então entendida como uma materialidade política dos anseios de uma militância que se negava a limitar as culturas não ocidentais, ou as culturas entendidas como populares nos contextos ocidentais, a lugares do exotismo. Nesse aspecto, o campo do patrimônio se revela uma batalha discursiva na contingência do presente, porém, um campo de luta por passados que devem ser mantidos, ensinados

ou esquecidos em função de horizontes de expectativas que se projeta ao futuro. Ainda em Abreu (2014), encontramos uma observação binária que localiza o patrimônio material mais ocidental, estatal, urbano, monumental e também mais passivo de ser ‘musealizado’, representativo do Estado-Nação e com vínculos mais fecundos com o Velho Mundo ou com ideias colonizadoras, e, por outro lado, o patrimônio imaterial, mais oriental, comunitário, menos urbano, menos passivo a ‘musealização’ e muito menos monumental (ABREU, 2014, p.8).

O historiador Dominique Poulot ao historiar o campo do Patrimônio no ocidente sugere haver três imaginários sobre o patrimônio, como o “lugar da pessoa pública, em particular a figura do rei, lugar da história edificada, lugar da identidade cultural” (POULOT, 2009, p.14). Existe no contexto da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, um limiar de virada nos destaques desses imaginários sobre o patrimônio. No Brasil, a virada desse imaginário se deu após a segunda abertura política brasileira, 1985, e por consequência a Constituição Federal de 1988. O Artigo 216 dessa carta constitucional se refere ao patrimônio como bens corpóreos ou incorpóreos, vistos de forma individual ou coletiva, de natureza material ou imaterial. Ou seja, os três imaginários sobre o patrimônio são colocados sem hierarquias no texto legal e o patrimônio ganha sentidos mais amplos relacionados ao exercício da cidadania e a expressão da democracia. Vale observar que o Brasil aderiu a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial apenas em 2006, ou seja, quando da elaboração desse artigo constitucional já havia em alguma medida o entendimento sobre essa ideia de Patrimônio. Poulot anuncia que:

Na virada do século XX para o XXI, o patrimônio deve contribuir para revelar a identidade de cada um, graças ao espelho que ele oferece de si mesmo e ao contato que ele permite com o outro: o outro de um passado perdido e como se tornado selvagem; o outro, se for o caso, do alhures etnográfico (POULOT, 2009, p.14).

Nesse aspecto, esse contexto não marcou apenas uma virada de século, mas uma “virada” nos sentidos que estavam em disputas no campo. E é essa “virada” nos agenciamentos coletivos de enunciação relacionados ao Patrimônio que importa para as afirmações e problematizações desse artigo. As pesquisas nesse campo vêm sendo cada vez mais acionadas tanto pelas políticas de cultura que têm na UNESCO a principal defensora de “ações em favor do patrimônio”, tornando-o “frequentemente, a vanguarda de uma democratização cultural” (POULOT, 2009, p. 201), quanto pelos estudos culturais que oferecem respaldos epistemológicos tanto em defesa de uma vocalização testemunhal das minorias e dos mais diversos grupos, quanto também, e

principalmente, de problematizações sobre a frenética, e por vezes essencializadora, patrimonialização em um mercado de passados.

Nessa perspectiva, os estudos especialmente de Paul Thompson (2006) têm defendido a História de Vida como patrimônio da humanidade, ou seja, ao encontro das tendências das pesquisas no campo da História, a chamada História Oral, segundo ele:

é considerada atualmente parte essencial de nosso patrimônio cultural. Essa é uma situação muito nova e, olhando para o futuro, acho que há possibilidades imensas, por exemplo, para criar novas conexões entre as pessoas em mundos sociais e geográficos diferentes; através do oral, criando novas solidariedades e novos entendimentos (THOMPSON, 2006, p.19).

Esses estudos vão ao encontro da obra de Aleida Assmann (2011) que constrói um argumento pelo qual demonstra que não existe essência da memória. Thompson fala da possibilidade de partilha, de conexões e de diferentes formas de compartilhar memórias orais em culturas diferentes e essa experiência pode evidenciar a afirmação de Assmann de que as formas de memória variam segundo a formação cultural em que são formuladas. Desta forma, as problematizações desse artigo estão em consonância com esse conceito ampliado de patrimônio cultural e o trabalho com as Histórias de Vida se consagra nas contingências internacionais no campo do Patrimônio, propostas pela UNESCO, quais sejam, a democratização cultural em defesa da garantia das vozes dos grupos que até a primeira metade do século XX não eram incluídas no que chamamos bens culturais patrimonializáveis.

É nesse contexto que esse argumento defende as Histórias de Vidas como Patrimônios Culturais. Acervos de Histórias de Vida de sujeitos ordinários que contam suas narrativas, organizam suas memórias e registram formas de vida em um tempo cada vez mais globalizado em que acaba por propor estéticas de vida mais ou menos homogêneas e massificadas. Esse conceito de patrimônio vai superar a ideia de proteção, em que o Estado congela no tempo o bem patrimonializado, e propõe a lógica da salvaguarda. Ou seja, existe um investimento na preservação do vivido das práticas, no registro da própria vida em movimento, na organização desse registro em acervos 'musealizados', ao mesmo tempo em que assegura a sua potência de recriação e transmissão pelas ações do próprio grupo envolvido. Nesse sentido, existe também uma implicação não apenas do Estado, como no caso da proteção do patrimônio, mas também da participação comunitária.

Mas, de que conceito de Patrimônio Cultural estamos falando? Trata-se de um conceito interdisciplinar, porém impensável sem os conceitos de Tempo e Memória, conforme já tratado anteriormente, e por isso revisitado pela História em considerável medida e nem um pouco ingênuo acerca dos arranjos políticos do que tem sido convencionalmente chamado de “memória coletiva”, desde a publicação da obra “Memória Coletiva” de Maurice Halbwachs (1990). Patrimônio Cultural é um conceito em movimento e aparece todas as vezes em que a condição social oferece demandas de passados, ou quando existe em pauta a ideia de desaparecimento, de ameaça de uma perda. Patrimônio está associado às ruínas de algo, a destruição e luto. Alguns historiadores trabalham no sentido de estabelecer um ponto de emergência desse conceito assim como o concebemos hoje. Françoise Choay (2001), por exemplo, mostra como a partir da Revolução Francesa os monumentos que representavam o poder absolutista ficaram ameaçados e, portanto, a invenção de estratégias de preservação tornou-se uma política. Dessa forma, tanto o Patrimônio Material quanto o Imaterial possuem alguma relação com a ideia da perda e com a demanda de passados restauradores ou reconciliados que ganham contornos políticos para a sua proteção ou salvaguarda. Ou seja, o que está vivo, atuante enquanto organização de modos de vida não precisaria, a princípio, de ser preservado. Aqui se encontra a primeira problematização da afirmação de que as Histórias de Vida seriam Patrimônios Culturais. O que transforma a narrativa de uma vida comum, sem nenhum destaque extraordinário ou constitutivo de uma identidade de um grupo, em Patrimônio Cultural? Qual é o sentimento de perda de uma vida em fluxo?

As entrevistas coletadas na pesquisa “Memórias Múltiplas” trouxeram para essa reflexão uma demanda de passados dessas vidas, anterior ao diagnóstico da doença. Essas pessoas acometidas pela EM experimentam coletivamente uma sensação de tempo em que as urgências, a velocidade dos ritmos, a comunicação em rede são prerrogativas para uma grande medida de procedimentos na vida do trabalho, do mercado e dos afazeres cotidianos. No entanto, experimentam singularmente esse tempo a partir dos limites do corpo atravessados pela EM. Essa experiência, na maioria dos casos, remete a sensações incapacitantes, de percepções temporais lentas, de limitações ou adaptações nos fazeres diários. Essa singularidade na experiência com o tempo torna singular também as narrativas de memória. Ouvir e registrar as histórias de vida dos pacientes visibiliza a forma como pessoas comuns, homens e mulheres ordinárias significam a própria vida com uma “limitação” interna. Dessa forma o diálogo com os conceitos de Tempo e Memória possui como desafio não apenas a doença em si, mas a forma como, no mundo contemporâneo, esses

sujeitos significam a EM. Tem sido comum as narrativas destacarem um tempo anterior a doença, ao luto pela perda das habilidades, da rapidez e expertise. Nesse sentido, essas Histórias de Vidas apresentam sim um desejo de herança do que foi ameaçado ou perdido a partir da doença. Essas pessoas relatam ameaças da perda das habilidades e também da memória e o desejo de deixar a história de suas vidas para as gerações posteriores na família, mas especialmente como foram antes das muletas, das cadeiras de rodas, das lentidões cognitivas, das internações. Querem registrar um tempo anterior quando se tinha força, rapidez, agilidade, mais beleza ou expertise no trabalho.

A partir dessa observação a reflexão acerca da problematização no campo do Patrimônio Cultural se desenhou e se estendeu a outros recortes de acervos de Histórias de Vida. O que leva uma pessoa a contar sua História de Vida e disponibiliza-la, por exemplo, em um museu como o Museu da Pessoa? Uma rápida passagem pelo site do Museu da Pessoa é possível observar registros de superação das mais diversas, como problemas de saúde, violência doméstica; de conquistas sociais, como a casa própria, a formatura em cursos superiores; o registro de modos de vida que afirmam uma identidade ou militam a favor de uma inclusão social, como as prostitutas, os trans, os travestis, os índios, ciganos, quilombolas, poetas das ruas, moradores de comunidades entre outros. Em todos os casos, de diferentes formas ou intensidades, existe um arranjo de tempo e memória. Um desejo de herança, de lutar pela afirmação no presente e contra a finitude da vida. Ao elaborar uma narrativa de si, o sujeito se faz visto, projeta como quer ser visto no presente, costura lembranças a partir de um tempo presente transbordado de horizontes de expectativas sobre um mundo que deseja no futuro, visibilizando passados que aparecem reconciliados na narrativa. A afirmação de que as Histórias de Vidas são Patrimônios Culturais carrega um entendimento de que os arranjos de narrativos sobre si são lances no jogo político da memória.

Se é possível então entender esse fenômeno (auto)biográfico em rede temos uma segunda problematização no campo do Patrimônio Cultural que é o “excesso” de patrimonialização que transborda no mundo contemporâneo. Andreas Huyssen (2000) trabalha esse tema denunciando certo “mal-estar” na sociedade atual, diante da sensação de velocidade do tempo muito marcado por um presente/futuro. Mas, diante dessa sensação, se olha de forma nostálgica para o passado na ânsia de recuperar o que não se tem mais. Regina Abreu (2014), ao problematizar o efeito do reconhecimento dos Patrimônios Culturais imateriais, afirma que temos motivos para

desconfiar dessa corrida patrimonial em que o mercado nos oferece uma vasta possibilidade de consumos de passados e nada tem escapado da “voracidade das políticas patrimoniais ávidas em experimentar novos sistemas classificatórios e práticas de patrimonialização” (ABREU, 2014, p. 16). Essa desconfiança é necessária nesses tempos uma vez que impede um fluxo de memória espontâneo e faz urgente algumas reflexões necessárias.

Vivemos em um tempo, como afirma Bauman (2008), em que a própria vida se tornou objeto de consumo. Para o autor, na sociedade de produtores a ‘mercadoria’ era a materialização em que se desdobrava o movimento de comprar e vender e que dotada de um valor de mercado tornava a força de trabalho na própria mercadoria. Em tempos contemporâneos, ele observa o desenvolvimento de uma sociedade de consumidores onde as subjetividades são dotadas de valor de compra e venda como símbolos construtivos de uma identidade. Nas palavras dele:

a ‘subjetividade’ dos consumidores é feita de opções de compra – opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição adquire a forma de lista de compras”. O que se supõe ser a materialização da verdade interior do self é uma idealização dos traços materiais – ‘objetivados’ – das escolhas do consumidor (BAUMAN, 2008, p.24).

As Histórias de Vidas organizadas em museus, ou a crescente produção e consumo da literaturado gênero biográfico, nos atestam que estamos em tempos de consumo por traços materiais de identidades dos outros, ou melhor dizendo, o interesse pelas narrativas que revelam modos de vida e identidades como mercadorias que se consome. A denúncia acerca da inflação de patrimônios, a qual sustenta o argumento de Andreas Huyssen (2000) é contemporânea dos estudos de Bauman (2008) e provoca uma reflexão urgente: se cada vida contada pode ser um patrimônio cultural, estamos diante da maior inflação de memórias que o mundo já assistiu, onde cada vida, cada diferença singularizada se transforma em parte de uma saturação de patrimônios consumidos em um mercado de memórias.

No entanto, há de se pensar também em outro lado da questão. A produção de narrativas (auto)biográficas e sua organização museal não se faz através da artificialidade que as análises acerca do seu consumo podem supor. Diante das propostas de consumos massificados e de identidades mais ou menos fixas e homogêneas apresentadas nos mercados globalizados Abreu (2014), em defesa dos patrimônios culturais imateriais que surgem dos mais diferentes grupos identitários, nos alerta que:

Há que imiscuir-se e deixar-se contaminar por aquilo que faz girar e motiva efetivamente tantas pessoas, instituições e movimentos sociais [...] Patrimônios constituem, pois, também valores sagrados num circuito cultural cada vez mais globalizados, onde diferentes sentidos e significados se difundem e se miscigenam numa intensidade jamais vista (ABREU, 2014, p. 16).

Com relação às Histórias de Vida como Patrimônios Culturais há de se contaminar com o poder de construção de empatia em contextos de democracias globalizadas e desejos de inclusão. E nesse aspecto para finalizar essa problematização e defesa utilizo do questionamento levantado por Candau e Ferreira (2015) quando introduzem o conceito “*affordance*” do patrimônio. A partir de um diálogo com a Psicologia eles trabalham o mecanismo de relevância que o objeto patrimonial desencadeia na interação com o social. Nas palavras dos autores⁴:

Nous proposons la notion d'*affordance* patrimoniale et défendons l'idée que, à supposer que tout soit patrimonialisable, la probabilité que les différents candidats qui constituent ce tout entrent dans ce processus dépend de l'intensité de leur *affordance* patrimoniale. En paraphrasant la célèbre boutade, quelque peu cynique, sur l'égalité – tous les êtres humains sont égaux mais certains le sont plus que d'autres! –, nous pourrions dire que tous les héritages du passé, que celui-ci soit proche ou lointain, sont égaux face au processus de patrimonialisation, mais certains le sont davantage que d'autres, notamment du fait de leur degré d'*affordance* (CANDAU; FERREIRA, 2015, p.24).

Em tese, todas as coisas podem ser patrimonializáveis, os mais diversos grupos criam argumentos que justificam a representação, a memória e a relação com a identidade dos sujeitos com as coisas em movimento dentro da história, no entanto, o que leva um objeto ou sujeito se tornar socialmente incontestável em políticas de patrimonialização? Os autores sustentam que “ certains héritages du passé ont une *affordance* patrimoniale – ils induisent des actions de patrimonialisation, leur qualification patrimoniale va de soi – alors que d'autres héritages n'en ont pas ou très peu” (CANDAU; FERREIRA, 2015, p. 25). E diante disso se pensa: qual é o nível de *affordance* das Histórias de Vidas? Esse poder de contaminação e magia o qual Abreu (2014) relata nos patrimônios imateriais é perceptível nos grupos que produzem as Histórias de Vida, em coautoria com os sujeitos biografados e aqueles que as

⁴ Nós propomos a noção de *affordance* patrimonial e defendemos a ideia de que, supondo que tudo seja patrimonializável, a probabilidade que os diversos candidatos que constituem isso tudo entrarem nesse processo depende da intensidade de sua *affordance* patrimonial. Parafraçando o célebre sofisma, um tanto cínica, sobre a igualdade - todos os seres humanos são iguais, mas alguns são mais iguais do que os outros! -, nós poderíamos dizer que todos as heranças do passado, que este seja próximo ou distante, são iguais face ao processo de patrimonialização, mas alguns são mais que outros, notadamente pelo fato de seu grau de *affordance* (Tradução livre pela autora).

disseminam. É preciso se atentar ao fato de que algo político se passa nesse consumo que o difere de tantos outros consumos. Talvez esteja aqui a intensidade de seu *affordance*. Em um mundo globalizado em que os consumos, a comunicação e as estéticas de vida são em grande medida massificados, não é mais novidade que os mais diversos grupos procurem a proteção e o registro dos signos representativos de suas diferenças e identidades. Ainda assim, o argumento a partir das diferenças parece ser pouco para o que acontece na produção e consumo das histórias de vida. Não são apenas as diferenças que são consumidas, existe algo que intersecciona no campo da igualdade.

Nessa medida a “partilha do sensível”, como expressa Rancière (2009), nesse comum partilhado em um tempo e espaço, uns e outros tomam parte nessa partilha, passam a fazer parte de um jogo político de existência. Nessas tensões entre lutas por hegemonias e construção de identidades globalizadas, as Histórias de Vida mobilizam a sensação de empatia pelo reconhecimento das diferenças naquilo que difere, mas também, naquilo que a condição humana faz aproximar – a igualdade. E nesse sentido, essa condição aparece na vida mais ordinária, nos anseios, nas paixões, nas emoções, no cotidiano aparentemente banal, na finitude da vida. Lembrando de Canclini, quando ele define o patrimônio como algo que “expressa a solidariedade que une aqueles que compartilham um conjunto de bens e práticas que os identificam” (CANCLINI, 1997, p.60), não resta dúvidas acerca do *affordance* das Histórias de Vidas: elas são capazes de conectar em redes um conjunto de emoções, práticas que identificam vidas humanas em um mesmo tempo e registram as formas de vida comuns em um tempo.

4. Reflexões provisórias ou desdobramentos...

O foco da pesquisa “Memórias Múltiplas” tem disparado as problematizações acerca do diálogo com os conceitos de Tempo e Memória e apontam caminhos de análises para as entrevistas da pesquisa e confirmam a potencialidade epistemológica dos mecanismos (auto)biográficos e a defesa das Histórias de Vida como Patrimônios Culturais.

Essa afirmação transborda o universo da pesquisa e questiona: as Histórias de Vidas, organizadas em acervos capazes de disseminar experiências, práticas singulares de vida em um tempo, seriam Patrimônios Culturais? Se entendemos Patrimônios a partir de uma pauta da perda, da destruição, da ausência e luto,

elaboramos um argumento que inviabiliza as vidas em fluxo e, portanto, sem necessidade de proteção. No entanto, entendendo a ideia de salvaguarda dos Patrimônios Culturais Imateriais, a vida pede passagem anunciando o tempo que não volta mais e, nesse aspecto, o tempo passado está sempre no presente a partir das expectativas de futuros. Na necessidade de afirmação de identidades no presente e desejos noshorizontes de expectativas, se elabora uma tessitura de narrativas de memórias de vidas reconciliadas entre os tempos.

Nesse aspecto, afirmamos que sim, as Histórias de Vidas de pessoas comuns podem ser patrimônios. Mas, ao afirmar novamente e com mais clareza criamos um novo problema. Se em pleno contexto de inflação patrimonial, todas as vidas podem se transformar em narrativas salvaguardadas estamos diante de uma saturação de patrimônios. A reflexão é urgente e fundamental, especialmente em uma sociedade de consumo. Porém, há de se contaminar pela energia, magia que envolve a produção de Histórias de Vidas, desde o momento dos primeiros contatos, a atenção, a escuta, o acolhimento, os efeitos emocionais e políticos em quem doa a história e em quem recebe. A sensação de rede que se forma, a empatia que se cria, a humanidade que se experimenta não podem ser omitidas. É uma aposta política de outro mundo possível, um sonho político de que nos fala Paul Thompson “Nunca se deve subestimar o poder do compartilhamento da experiência humana” (THOMPSON, 2006. p.41). E ainda, diante desse argumento, há de se questionar também o aspecto *affordance* das Histórias de Vidas, como sugeriram Candau e Ferreira (2014). É um momento também de “partilha do sensível”, esse comum da existência humana que é partilhado e é a parte das diferenças de cada um que se partilha.

Referências

ABREU, Regina. Dez anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial: ressonâncias, apropriações, vigilâncias. *E-Cadernos CES*, v. 21, p.14-32, 2014.

_____; PEIXOTO, Paulo. Construindo Políticas Patrimoniais. Reflexões em torno dos 10 anos da Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial. *E-Cadernos CES*, v. 21, p. 03-13, 2014.

ANSART, Pierre. História e Memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Orgs.). *Memória (res)rentimento*. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Unicamp, 2001. p. 15-36.

ASSMANN, Aleide. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Unicamp, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. *Vida para Consumo*. A transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: _____, *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 195-221.

- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: USP, 1992.
- CANDAU, Joël. *Memória e Identidade*. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____, FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Memória e Patrimônio: narrativas e affordances patrimoniais. *Educar em Revista*, n. 58, p.21-36, out/dez 2015.
- BOSI, Éclea. *O tempo vivo da Memória*. Ensaio de psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Editorial, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. El patrimonio cultural de México y la construcción imaginaria de lo nacional. In: FLORESCANO, Enrique (Coord.). *El patrimonio nacional de México*. México: FCE, Conaculta, 1997. p. 183-186
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUYSEN, Andréas. *Seduzidos pela Memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- KOSELLECK, Reinhart. *Estratos do tempo*. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contratempo, 2014.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003.
- LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. *Revista Projeto História*, SP, n. 17, p.63-201, 1998.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.03-15, 1989.
- POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *O Discurso das Ciências*. Porto: Afrontamentos, 1985.
- RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: 34, 2009.
- RICOEUR Paul. *La lectura del tiempo pasado: memoria y olvido*. Arrecife, Espanha: Universidad Autónoma de Madrid, 1999.
- SARLO, Beatriz. Crítica do testemunho: sujeito e experiência. In: _____. *Tempo Passado. Cultura da memória e guinada subjetiva*. Belo Horizonte: UFMG; São Paulo: Cia das Letras, 2007. p. 23-44.
- THOMPSON, Paul. Histórias de vida como patrimônio da humanidade. In: WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasques (Coords.). *História Falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC; Museu da Pessoa; Imprensa Oficial de SP, 2006. p. 17-43.

Data de recebimento: 02.08.2016

Data de aceite: 06.09.2016